



EMENTA DA RECOMENDAÇÃO **MPF/SP N.º 11/2005**

ANA CRISTINA BANDEIRA LINS
Procuradora da República



recomendou-se:

ao Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, que elabore um Cronograma, em conjunto com os Ministérios, para verificação e reforma de todos os estabelecimentos dos órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, e das empresas e demais entidades controladas pelo Governo Federal, do sistema de instalações hidráulicas e sanitárias, bem como para promoção de medidas de redução efetiva do consumo de água, utilizando-se, como parâmetro, das ações efetuadas pela SABESP através do Programa *PURA*, ou outro que tecnicamente se demonstre mais eficiente.



OS CONSIDERANDOS da Recomendação 11/2005

CONSIDERANDO ser competência da União, conforme o artigo 23 da Constituição Federal, conservar o patrimônio público (*inciso I*) assim como proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (*inciso VI*);



CONSIDERANDO que a Administração Pública é informada pelo princípio da economicidade, previsto no artigo 70 da Constituição Federal, sendo seu dever zelar pelo controle dos dinheiros, bens e valores públicos, buscando reduzir despesas;



CONSIDERANDO a importância da redução do consumo e do uso racional da água como forma de promover a universalização do atendimento por água potável e a geração de menos esgotos, contribuindo para a preservação desse “recurso natural limitado e dotado de valor econômico” (*art. 1º, II, da Lei n.º 9.433/97*);



CONSIDERANDO que são objetivos da **Política Nacional de Recursos Hídricos** assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água e promover a utilização racional dos recursos hídricos (*art. 2º, I e II, da Lei n.º 9.433/97*), devendo seus programas e projetos estabelecer metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis (*art. 7º, IV e V, da referida Lei*);



CONSIDERANDO a previsão no **Plano Nacional dos Recursos Hídricos** de um subprograma voltado à conservação e uso racional da água, mediante o desenvolvimento e a implementação de tecnologias para o uso eficiente, racionalização e reuso da água;



CONSIDERANDO a existência do **Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – PNCDA**, que objetiva promover o uso racional da água de abastecimento público nas cidades brasileiras, em benefício da saúde pública, do saneamento ambiental e da eficiência dos serviços, através da definição e implementação de um conjunto de ações e instrumentos tecnológicos, normativos, econômicos e institucionais, concorrentes para uma efetiva economia dos volumes de água demandados para consumo;



CONSIDERANDO a **Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P**, produzida pelo Ministério do Meio Ambiente, que ressalta o papel do Governo Federal na revisão dos padrões de consumo, o que implica na revisão dos investimentos, compras e contratação de serviços, na gestão adequada de todos os resíduos gerados pelas atividades administrativas e operacionais e no combate a todas as formas de desperdício;



CONSIDERANDO que tal A3P é apenas um convite aos órgãos públicos e seus respectivos funcionários para a transformação de hábitos, processos e serviços, rumo à sustentabilidade, não tendo caráter vinculativo;



CONSIDERANDO que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP adotou, dentro do Programa Interno de Redução de Perdas da Região Metropolitana de São Paulo, política de incentivo ao uso racional da água;



CONSIDERANDO a criação, pela SABESP, do **Programa de Uso Racional da Água – *PURA***, visando reduzir desperdícios de água e o volume de esgotos gerados, seja através do emprego de equipamentos de baixo consumo, seja por meio da conscientização para o uso mais adequado da água tratada;



CONSIDERANDO que as experiências com as intervenções do *PURA* em São Paulo têm demonstrado resultados satisfatórios e significativos para economia no consumo de água em diversos estabelecimentos, como hospitais, escolas, escritórios comerciais, etc., conforme se exemplifica (1):



<i>Local</i>	<i>Implantação: Início Conclusão</i>	<i>Consumo médio mensal (m³/mês)</i>	<i>Conta (R\$)</i>	<i>Investimento (R\$)</i>	<i>Retorno</i>	<i>Redução (%)</i>
Condomínio Comercial São Luis	1994	93.793	766.264,60	83.152,00	9 meses	16
	1995	78.678	642.838,20			
Condomínio Jardim Cidade Moema/ SP	1998	1.460	7.013,54	4.000,00	2 meses	28,5
	1999	1.045	4.996,64			
Escola Estadual Toufic Jouliam	1997	1.572	16.113,58	2.500,00	Imediato 6 dias	78,29
	1998	352	3.498,78			
Escola Estadual Fernão Dias Paes	1997	4.160	37.640,68	5.130,39	Imediato 4 dias	93
	1998	250	2.137,68			
Escola Vera Cruz	1994	2.826	20.382,96	2.384,00	6 meses	25
	1995	2.110	14.955,76			



<i>Local</i>	<i>Implantação: Início Conclusão</i>	<i>Consumo médio mensal (m³/mês)</i>	<i>Conta (R\$)</i>	<i>Investimento (R\$)</i>	<i>Retorno</i>	<i>Redução (%)</i>
Escola de Engenharia de Mauá	1998	5.316,75	54.834,30	44.000,00	2,7 meses	42,5
	2000	4.319,20	38.488,51			
Campus da Universidade de São Paulo – 27 unidades	1999	142.247	1.470.693,08	2.000.000,00	1,3 meses	31,1
	2002	105.377	825.423,77			
Lar Batista das Crianças	1999	491	*****	12.000,00	11 meses	20,17
	2000	386	*****			
Cozinha Industrial – sede SABESP	1996 (março)	320	1.405,70	500	Imediato 16 dias	64,69
	1996 (setembro)	112,6	472,4			
Cozinha Ford Ipiranga	1996	2.374	24.406,26	6.935,57	Imediato 16 dias	52
	1998	1.129	11.532,96			



<i>Local</i>	<i>Implantação: Início Conclusão</i>	<i>Consumo médio mensal (m³/mês)</i>	<i>Conta (R\$)</i>	<i>Investimento (R\$)</i>	<i>Retorno</i>	<i>Redução (%)</i>
Complexo Hospital das Clínicas	1996	107.166,70	972.941,01	*****	17 meses	25
	2001	81.883,00	846.529,32			
Hospital do Servidor Público Estadual	1999	48.622,00	*****	200.000,00	*****	2,7
	2001	47.309,00	*****			
IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica	1995	305.000	1.372.465,70	3.000,00	Imediato	53
	1996	142.000	638.965,70			
Secretaria do Meio Ambiente/ CETESB	1999	6.271	48.525,93	44.500,00	5 meses	18,59
	2000	5.105	39.483,60			
Edifício Sede da SABESP	1996	1.330	11.753,88	15.811,14	8 meses	62
	1997	512	4.389,00			



<i>Local</i>	<i>Implantação: Início Conclusão</i>	<i>Consumo médio mensal (m³/mês)</i>	<i>Conta (R\$)</i>	<i>Investimento (R\$)</i>	<i>Retorno</i>	<i>Redução (%)</i>
Edifício Sumidouro da SABESP	1997 (fevereiro)	2.709	24.162,12	4.147,00	Imediato 6 dias	83
	1997 (Agosto)	472	4.029,12			
Edifício da Administração da ABV UN Sul – SABESP	1997 (abril)	484,8	4.144,32	2.500,00	24 dias	75
	1997 (agosto)	138	1.023,12			
Palácio dos Bandeirantes	2001	4.157	52.372,70	164.000,00	6,5 meses	30
	2002	2.877	27.145,13			
Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	2001	4.292	50.014,41	164.000,00	6,5 meses	65
	2004	1956	20.099,04			
Entrepasto CEAGESP	1998	65.000	*****	212.000,00	Imediato	32
	1999	44.540	*****			



CONSIDERANDO que a partir da verificação dos resultados positivos do *PURA* foi instituído no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo o Programa Estadual de Uso Racional da Água Potável, que determina a criação de Conselhos de Orientação, com representantes de todas as Secretarias Estaduais, bem como de Comissões Internas dentro de cada Secretaria, a fim de promover a implantação de medidas imediatas para redução de 20% (vinte por cento) do consumo (cópia anexa);



CONSIDERANDO que as ações efetuadas para promover a redução do consumo de água nos casos acima relatados, consistiram, em síntese:

- (a) levantamento do perfil de consumo;
- (b) caracterização de hábitos e vícios de desperdício;
- (c) pesquisa e correção de vazamentos na rede interna, reservatórios, pontos de consumo e instalações hidráulicas e sanitárias;
- (d) reparos e substituição de equipamentos convencionais por equipamentos economizadores de água;
- (e) implantação de sistema de gerenciamento de consumo, utilizando hidrômetros eletrônicos;
- (f) implantação de projeto de reaproveitamento e reuso de água;
- (g) monitoramento;
- (h) campanha educacional;



CONSIDERANDO a constatação, por meio dos exemplos citados, de que a redução no consumo de água, além de colaborar com a economia desse recurso natural, tem como consequência a redução de gastos, sendo que o investimento feito retorna, em regra, em período inferior a 1 (um) ano;



CONSIDERANDO, assim, a imprescindibilidade de todos os órgãos da Administração Pública Federal adotarem medidas que promovam a efetiva redução no consumo de água – recurso natural escasso –, bem como a economia dos recursos públicos;



CONSIDERANDO que a malversação de recursos públicos, por meio da não adoção de práticas que possam reduzir os gastos – *como é o caso da utilização de materiais economizadores de água e demais medidas redutoras do consumo* – pode caracterizar improbidade administrativa, nos termos do artigo 11, inciso II, da Lei n.º 8.429/1992;



CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de se concretizar as diretrizes e objetivos do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – *PNCDA* e da Agenda Ambiental na Administração Pública – *A3P*, com vistas a contribuir para a promoção do uso racional da água e para a diminuição dos gastos públicos na utilização desse recurso, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL RECOMENDA ao Conselho Nacional dos Recursos Hídricos:







RECOMENDAÇÃO
MPF/SP 11/2005

08 abril 05

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS -
CNRH
SECRETARIA EXECUTIVA

ENCAMINHAMENTO
PRELIMINAR À CTCT

REUNIÃO CONJUNTA
SEC. EXECUTIVA CNRH /
ASSESSORIA JURÍDICA /
CTCT / PROCURADORA MPF

03 junho 05

CÂMARA TÉCNICA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MOÇÃO

28 junho 05

REUNIÃO DO CONSELHO
NACIONAL DE RECURSOS
HÍDRICOS

18 julho 05

CÂMARA TÉCNICA
INSTITUCIONAL E LEGAL

12 julho 05



PROPOSTA DE MOÇÃO



O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências conferidas pelas Leis 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e



Considerando que a Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, dá ênfase ao uso sustentável dos recursos hídricos;



Considerando que são objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água e promover a utilização racional dos recursos hídricos, devendo seus programas e projetos estabelecer metas de aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;



Considerando a existência do Programa Nacional de Combate ao Desperdício da Água – PNCDa, que objetiva promover o uso racional da água de abastecimento público nas cidades brasileiras, em benefício da saúde pública, do saneamento ambiental e da eficiência dos serviços, através da definição e implementação de um conjunto de ações e instrumentos tecnológicos, normativos, econômicos e institucionais, apesar de sua potencialidade não apresenta disponibilidade suficiente de recursos financeiros;



Considerando a existência da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, produzida pelo Ministério do Meio Ambiente, que ressalta o papel do Governo Federal na revisão dos padrões de consumo e convida os órgãos públicos e seus respectivos funcionários para a transformação de hábitos, processos e serviços, rumo ao desenvolvimento sustentável;



Considerando que a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia - CTCT realizou a I Oficina sobre o Uso Eficiente da Água, tendo identificado ações e diretrizes para a implementação de práticas relacionadas ao uso eficiente e para potencializar o desempenho de políticas públicas de recursos hídricos;







Aprovar Moção, dirigida ao Gabinete Civil da Presidência da República, recomendando que, no que diz respeito às suas competências, viabilize a implantação de medidas de redução efetiva do consumo de água em todos os órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, de acordo com a Ementa da Recomendação MPF/SP nº 11/2005.

MARINA SILVA
Presidente
CNRH

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo
CNRH